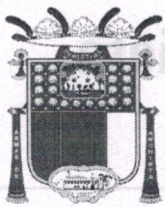


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

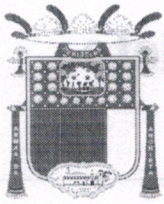
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 138ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2020. Às dezoito horas do dia dez de março do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, que iniciou, sob a presidência do Vereador Cleber Oliveira da Silva. Após, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde se verificou a presença de todos. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu à votação da ata da sessão ordinária anterior do dia 03/03/2020, que foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o material do expediente, onde constava: 1) Indicações nºs 76/2020, 77/2020, 86/2020 e 88/2020 de autoria do vereador Alexandre Assad; 2) Indicações nºs 78/2020, 83/2020, 84/2020 e 85/2020 de autoria do vereador José Maria Brandão; 3) Indicações nºs 79/2020, 80/2020, 81/2020 e 82/2020 de autoria do vereador Richard Costa; 4) Indicação nº 87/2020 de autoria do vereador Beto Caliman; 5) Indicações nºs 89/2020 e 90/2020 de autoria do vereador Cleber Pombo; 6) Indicações nºs 91/2020 e 92/2020 de autoria do vereador Professor Robinho; 7) Indicações nºs 93/2020 e 94/2020 de autoria da vereadora Tereza Mezadri; 8) Requerimento nº 21/2020 de autoria do vereador Professor Robinho, que foi aprovado por unanimidade; 9) Moções nºs 11/2020, 12/2020, 13/2020, 14/2020 e 15/2020, de autoria do vereador Cleber Pombo, que foram aprovadas por unanimidade; 10) Moção nº 10/2020 de autoria do vereador Renato Lorencini, que foi aprovada por unanimidade; 11) Requerimento verbal de autoria do vereador Professor Robinho, tendo em vista a Portaria do Ministério Público Estadual 2019, publicado em 09/03/2020, solicita ao Secretário de Educação que encaminhe o ofício SEME nº 751/2019. O requerimento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade; 12) Requerimento verbal de autoria do vereador Professor Robinho ao Governo Municipal, para que com o máximo de urgência em relação ao impacto financeiro quanto ao Projeto de Lei nº 13/2020, referente aos anos de 2021 e 2022. O requerimento verbal foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, 13) Projeto de Lei nº 12/2020 – Alterar o anexo III, que estabelece a descrição das atribuições das especialidades do nível de classificação: P1/Item P1.1, da lei nº 776, de 19 de março de 2012, de autoria do vereador Geovane Meneguella. Terminada a leitura do material constante do expediente, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 193, item V do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos seus dez minutos de pronunciamento. **O primeiro a fazer uso da palavra foi o Vereador José Maria, Vereador José Maria,** cumprimentou a todos e iniciou falando sobre algumas indicações e situações que o município passa, pois muitas reclamações e ligações são feitas aos vereadores porque tem sido a porta mais perto para a reclamação. E o vereador tem feito o seu papel, fazendo indicações, provocando situações para que as coisas no município sejam resolvidas. Falou que tem algumas indicações sobre a comunidade de Jabaquara, que depois irá mostrar aqui no vídeo, a respeito da situação do morro de Jabaquara, onde está em risco eminente, e que doze famílias precisam urgentemente da aplicação do geomanta. Parte de Jabaquara foi protegida na gestão passada e agora, tem outra parte que também está correndo o risco de desmoronamento do morro e atingir aquelas famílias que se encontram na rua da CESAN, ao lado esquerdo, à margem do rio. Disse que é evidente que os tempos mudaram, muitas chuvas torrenciais têm trazido muita preocupação para todas as administrações, tanto municipais quanto estaduais. E os vereadores e sociedade que presenciam essas coisas ficam assustados, então não podem deixar as coisas acontecerem primeiro para depois tomarem providências, e por isso, fez essa indicação. Falou que temos



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

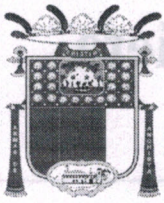
na Ponta dos Castelhanos, uma nascente que também a natureza aflorou na região, colocando em risco várias famílias. E uma família que estava em uma das casas que vai mostrar, foi aconselhada a se retirar, porque segundo a defesa civil essa tinha uma certa renda e esta certa renda poderia cobrir um aluguel. O vereador disse que, também essa família além de ser uma pessoa idosa, também tem pessoas doentes em casa e tem uma despesa muito alta. E que se arriscarem a sair para o aluguel, não sabem se vão conseguir pagar. Vai mostrar também algumas situações na comunidade de Belo Horizonte e o que vai mostrar das ruas desta comunidade não chega nem perto da rua da comunidade de Chapada do Á. Que a estrada da comunidade de Chapada do Á está totalmente abandonada, não se consegue andar lá a mais do que dez quilômetros por hora, de tanta vala e costela. Já ligou para o Secretário pedindo providência, porque o revsol está ali, toneladas e mais toneladas, e não existe momento mais propício para a aplicação do que o momento chuvoso, porque o material adere e gruda na terra. Há um mês, fez uma indicação referente a questão de ortopedista em nosso município, e ontem, recebeu uma resposta da secretária dizendo que não existe a possibilidade, porque o PA tem e vários outros serviços nos hospitais estão de portas abertas para atender. E mais uma vez, lhe deixa triste quando vê o município de Anchieta dispensar setenta milhões de reais e não temos ortopedista para atender o povo. Vê o município dispensar setenta milhões de reais da Samarco e não temos dinheiro para construir casas populares. E não temos recurso para a saúde, para reforma de estradas, porque simplesmente dispensamos setenta milhões de reais. Mas vemos algumas situações diferentes em nosso município, vemos por exemplo, em matéria de jornal, secretarias trabalhando em terrenos particulares para poder atender servidor público, que também merece ser atendido, mas com documento, estrutura. Na mesma época que estavam fazendo o serviço dessa reportagem, que saiu de ontem para hoje, Limeira está no maior sufoco precisando de máquinas, de pessoas para atender a comunidade. Disse que sabe que tinha pessoas da prefeitura lá, porque este vereador estava presente na comunidade. Viu a dedicação de vários servidores lá, mas que esse não era o momento de deslocar máquina para fazer um serviço num terreno particular. É preciso que o município observe essas situações, pois isso é velho em nosso município. E quando chega o ano político, despenca um monte de obrinhas ali, reformas ali. Deve-se parar com a hipocrisia em nosso município, o que precisamos é de atitude. Precisamos começar um governo com obras, sem mentiras, porque esse governo vai receber quase um milhão e cem em quatro anos. Aonde estava a crise? Perguntou. Em seguida, passou um vídeo mostrando as estradas que dão acesso a comunidade de Belo Horizonte, onde os moradores estão com dificuldades de transitar. Estradas com valas, mato para tudo quanto é lado, vans com dificuldades de passar. Mostrou o morro de Jabaquara a rua que dá acesso a CESAN, do lado de baixo e cerca de seis, sete metros desse barranco existem doze casas, e é nesse local que está pedindo da prefeitura que tome providências com a questão do geomanta. Finalizou deixando uma imagem da reportagem em relação a um serviço prestado em área particular. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador Alexandre Assad**, que cumprimentou a todos e começou falando sobre uma indicação que fez essa semana e que está dando entrada hoje nesta sessão. Ela trata justamente da situação dos moradores da comunidade de Limeira. Sabemos do impacto que as fortes chuvas, que a cheia do Rio Benevente causou naquela comunidade. E no sentido de tentar auxiliar essas pessoas que perderam tudo, e que na maioria das vezes não tem condições de retomar sua vida a curto prazo, fez indicação nº 76/220, que sugere ao Executivo Municipal que lance um programa social de doação de móveis para aquelas



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

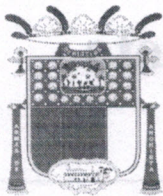
famílias ou então, a abertura de alguma linha de crédito barato, financiado, para que as pessoas possam adquirir novamente o seu mobiliário, seus bens e possam ter novamente uma vida com dignidade. Acredita que dinheiro para isso não seja problema no município, e que como disse o vereador José Maria, o município vai fechar os quatro anos com o orçamento acima de um bilhão de reais. Disse que o município hoje, tem em caixa, após os acordos de IPTU com a Samarco, aproximadamente cem milhões de reais. Tanto que tem anunciado uma série de obras diariamente, estranhamente no ano eleitoral, com o intuito claro de ludibriar a população, mas o fato é que o município tem recursos para atender esse pedido e diminuir a dor dessas famílias que estão sofrendo tanto com essas perdas. Espera que o executivo municipal se sensibilize com a dor, com o problema, que tenha empatia e que invista no programa de doação de mobiliário para as famílias carentes que estão tão necessitadas na comunidade de Limeira. Continuando, disse que, chuvas essas que também, trouxeram diversos estragos ao município. As estradas no interior, muitas já intransitáveis, pois máquinas nesses quatro anos de gestão foi um problema crônico. E não são palavras do vereador, isso são produtores rurais em visitas constantes que faz, que traz essa reclamação. Essa semana mesmo, conversou com um produtor rural que é responsável por um arranjo produtivo no ramo de piscicultura e que precisa de sua estrada em boas condições para escoar sua produção. E esse, lhe confidenciou que nesses quatro anos a máquina só passou na sua estrada uma única vez. O vereador perguntou: “Qual era o objetivo? A tão propalada economia?” Falou que, economia sim, é prudente, até em nossa vida particular, mas ao custo da dor da população, ao custo da falta do reajuste para o funcionário público, para o professor que amarga anos de defasagem salarial, ao custo de uma saúde que caiu muito em qualidade, a qual Anchieta já foi referência, ao custo do sofrimento daquelas pessoas que necessitam de uma cesta básica que foram diminuídas de setecentos para cento e cinquenta, e ainda, de dois em dois, de três em três meses. É a esse custo que foi feita a economia que hoje resulta numa série de obras feitas no último ano, numa série de empregos, e sinceramente, tem pena dessas pessoas porque estão sendo enganadas, estão tendo um emprego agora, no ano da eleição. Mas, reafirma e tem certeza, de que, se o grupo que está no poder ganhar as eleições, em outubro essas pessoas estarão no olho da rua. Então, falta de dinheiro o município não tem, acredita que podem ser vistas as questões que estão sendo solicitadas pelos vereadores, as questões das estradas no interior. Disse que não pode se calar diante desses fatos, para todos verem que são verdades. Parabenizou a Secretaria de Esportes pelo evento que está sendo realizado na Vila Olímpica, o campeonato brasileiro de Beach Soccer, dizendo que é muito bom para o município promover esse tipo de evento e ter aqui equipes num vulto como o do Vasco, do Flamengo, do Botafogo, mas quer ponderar alguns pontos. O primeiro é que um evento desse porte tem um potencial turístico e como não viu, e tem certeza, que várias pessoas não viram a divulgação efetiva desse evento, que poderia estar trazendo pessoas para dentro de Anchieta, e com isso, gerando renda para a cidade. Outro ponto é, a não participação nessa articulação, pelo menos não ficou sabendo, da participação do vereador Richard Costa para a construção desse evento. E o vereador deveria ser consultado, pois ele sempre esteve disposto a ajudar o município, principalmente nesses eventos esportivos. Continuando, disse que outra reclamação constante das pessoas tem sido com relação a torre de TV aqui na cidade de Anchieta. Desde o carnaval as pessoas que dependem do sinal aberto de TV estão sem ver televisão, e geralmente são pessoas mais carentes, que são a grande maioria. Pediu encarecidamente que a secretaria de infraestrutura conserte a torre, troque o equipamento, não sabe o que tem de ser feito ali, mas que as



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

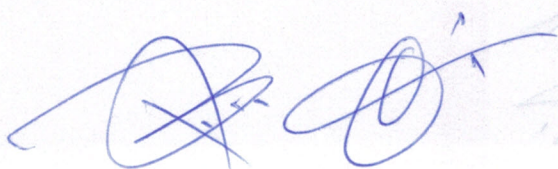
As pessoas possam ter novamente acesso a TV aberta. Terminou passando um slide mostrando a situação de uma rua, atendendo a pedido de moradores da Rua São Francisco, que fica no bairro Benevente, uma região que sofre há muito tempo com problema de drenagem. Quando chove a rua alaga, há uma proliferação muito grande, segundo moradores, de ratos e baratas, e essa rua sofreu intervenção dias atrás para reparar esta rede de drenagem, até aí parabéns, o trabalho está certo. Só que a reclamação dos moradores é com relação a pavimentação desse buraco que foi aberto, pois os moradores da rua lhe pediu que o reparo seja feito depois, mas que seja com manta asfáltica, deixando a rua com suas características e trazendo mais segurança para comunidade e moradores. **Após, fez uso da palavra o vereador Beto Caliman** que cumprimentou a todos e falou sobre o projeto para eleição de diretor e vice-diretor. Disse que, como falou aqui, a democracia tem quem prevalecer. Esse projeto vai ser colocado em pauta para votação, por isso, pede aos colegas vereadores mais uma vez, que sejam pessoas inteligentes e votem nesse projeto, porque vivemos num estado democrático de direito, onde para se conseguir algum cargo público eletivo, tem de haver eleição. E acha justa a forma de democracia nas escolas. Disse que o professor Robinho deu um parecer desfavorável a uma época atrás, mas graças a Deus que o mesmo vai mudar o voto para prevalecer a democracia nas escolas do município. Em aparte, o vereador Robinho disse que realmente deu parecer contrário, e que falou na assembleia aqui, na semana passada, se comprometendo com os professores de votar favorável, portanto, pode contar com o voto deste vereador. Continuando, o vereador Beto disse que, quer falar sobre o que está acontecendo em nosso município, em todo estado do ES e em quase todo país, as fortes chuvas que alagaram, desabrigaram, milhares de pessoas, até mesmo com óbito. Mas está feliz, pois está vendo uma força de trabalho no interior para amenizar o sofrimento dessas pessoas. O prefeito está fazendo o que pode, mas devem estar coesos. Este vereador mesmo, está nas comunidades do interior e constatando que as máquinas estão trabalhando e que estão tendo assistência realmente. Disse que não podemos segurar as diversidades do clima. Isso é culpa de quem? Tem que ter um culpado? Perguntou. Seria obvio culparmos se não tivesse sendo feito nada, mas está sendo feito realmente. Agradeceu e parabenizou a defesa civil, porque este vereador mesmo teve o prazer de estar junto com esses e os viu removendo as pessoas, deslocando de um lado e para outro. E não só a defesa civil e o corpo de bombeiros, mas dar uma moção de aplausos a esses profissionais. Finalizou dizendo esperar que o projeto para eleição de diretor e vice-diretor seja aprovado, para que esses professores concorram a uma vaga na democracia, e que sabiamente, sabe que o prefeito não vai vetar esse projeto. **Após, fez uso da palavra o vereador Geovane Meneguette**, que cumprimentou a todos e disse que desde o início do mandato vem pedindo que o governo municipal tenha um carinho, zelo, um cuidado com a nossa saúde. E que é preciso ter carinho, dar atenção as unidades, PA, hospital e PSF. Desde o início vê o descaso, e o quanto o governo tem deixado de lado essas unidades. É triste e lamentável ver que o governo não tem dado a devida atenção a saúde do município. E vê essa Câmara com esforços, os colegas vereadores tem procurado fazer a sua parte, indo em busca de recursos, indo em busca de emendas. Iniciou isso lá trás e muito lhe orgulha ver os colegas fazerem o mesmo nos dias de hoje. E nos dias de hoje aprimora e continua ainda mais na busca de recursos. E pensando nisso, numa saúde que está precisando de ajuda e pede socorro, conversou hoje com o Deputado Evair de Melo. Falou para o deputado da situação em que se encontra o nosso atendimento médico no município, que nós precisamos de médico, e que está faltando médico. Diante disso, o deputado Evair de Melo firmou um compromisso

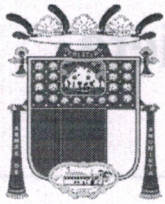


Câmara Municipal de Anchieta

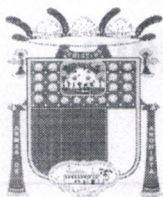
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

com este vereador, de que irá destinar imediatamente, quinhentos mil reais, numa parceria do governo do estado, para que através do hospital de Anchieta possam colocar médico pediatra todos os dias no município de Anchieta, atendendo das sete da manhã às sete da noite. Continuando, o vereador Geovane disse que é preciso ter cuidado, carinho e zelo com as crianças. E está vendo as mães, madrugada a dentro tendo que enfrentar fila para conseguir uma consulta. Diante disso agradece ao deputado que tem ajudado o município. Falou ainda que esse deputado enviou milhões para custeio, e não viu o resultado desse dinheiro. Falou também que, parece chato voltar a falar de um assunto que tem atormentado o povo de Anchieta, que são as filas nos PSF's. Todas as sextas-feiras o povo madruga na fila para pegar ficha no dia seguinte. Isso é vergonhoso. As vezes as pessoas falam para este vereador, e muita na cidade se comenta que o prefeito está morando fora da cidade, em Vitória, e está quase acreditando, porque não é possível pois toda segunda e sexta, o povo sofrendo este tormento e o prefeito não vê isso, não tom atitude. E aí este vereador vai abrir seu coração, se fosse pensar politicamente, este deveria se calar, ficar quietinho, porque o povo vai tomando raiva, vai tomando antipatia, mas está vendo seu povo sofrer com isso. Isso lhe corta o coração, dói ver isso. Será que as pessoas não têm compaixão do próximo, num município que tem uma arrecadação milionária. E não vê isso acontecendo em municípios vizinhos, que tem menos recurso do que a gente, mas aqui tem de ver o povo passar essa dificuldade. E fica chateado, porque esse é a terceira ou quarta vez que vem falar do mesmo assunto: fila para conseguir uma consulta. É sua responsabilidade, de estar cobrando do governo mais uma vez: "tome providência com relação a essas filas!". Este vereador já denunciou ao Ministério público, já falou com muitas pessoas, na tribuna da câmara já deve ser a terceira ou quarta vez, e está vendo povo sofrer. A situação está a cada dia pior. Pediu que o governo tome providência e tenha compaixão das pessoas, porque o povo está sofrendo. Disse ainda que, em relação ao projeto de lei sobre eleição de diretores e vice-diretores não tinha opinião formada, mas ouvindo os professores entendeu a importância da gestão democrática no município, por isso, terá seu apoio. Parabenizou o vereador Beto por ter proposto este projeto, e pediu para que o ajude a brigar, porque sabe que dificilmente o prefeito vai sancionar essa lei, acredita que vai vetar, e aí terão outra luta que é derrubar esse veto e fazer com quem o município de Anchieta também venha ter gestão democrática. Falou que junto com o vereador Robinho apresentou projeto de lei que visa fazer uma correção de injustiça há muito tempo, desde 2002 com relação aos professores. E quem deu a justificativa para montar e fazer esse projeto para os professores foi o próprio governo. Em dezembro o governo mandou uma lei para esta Casa, dizendo que medico é tudo médico, que não existia clínico geral, oftalmologista, etc, tem o CRM é médico. Então, o vereador disse que professor é professor, não existe diferença entre educação infantil, fundamental I, fundamental II, a responsabilidade e compromisso desses profissionais são os mesmos. Não tem porque um grupo de professores ganhar um salário e outro grupo ganhar outro. E que essa falta de isonomia passou da hora de ser resolvida. E se basearam naquilo que o governo municipal ensinou em dezembro, e hoje, estão defendendo que professor é professor. **Após, fez uso da palavra o vereador Renato Lorencini** que cumprimentou a todos e iniciou fazendo um convite especial aos moradores da comunidade de Maembá, com o objetivo de também resgatar um projeto que vem fazendo desde 2017, que é o gabinete itinerante. Agora na quinta-feira, às 18:30 horas, estará em Maembá para a XX Edição do Gabinete Itinerante. Fizeram vinte reuniões nesse município, estão voltando nessas comunidades pela segunda vez, para levar aquilo que a comunidade solicitou, e

 5



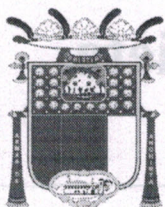
também, para ouvir mais uma vez as comunidades em suas reivindicações. Durante esse tempo mais de trezentas pessoas participaram do gabinete itinerante e mais de duzentos e vinte e quatro demandas trouxe dessas comunidades. É um projeto em que fica muito feliz de estar perto das pessoas nas comunidades, ouvindo, trazendo as suas demandas, brigando pelas comunidades para que possam ter serviços ainda menor. Sabe quem nem tudo dá para resolver de uma hora para outra, mas está aqui para representar as comunidades e trazer as demandas para o executivo. Falou que nesse gabinete itinerante que haverá em Maembá, logo após às 13:00 horas, estará visitando as escolas, os PSF's, as obras, ouvindo a comunidade e trazer as demandas para cá. Disse que começarão por Maembá, mas tem ainda outras comunidades que irão rodar a partir deste mês para fechar esse segundo ciclo, e assim, cumprir com o projeto gabinete itinerante. Após, faria uso da palavra o vereador Richard Costa que declinou. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador Professor Robinho**, que cumprimentou a todos e disse que veio a esta tribuna agradecer e parabenizar a atitude da municipalidade, em nome dos Secretário de Infraestrutura Léo e da Secretária de Meio Ambiente Jéssica, que atenderam a um pedido deste vereador, do vereador José Maria, do vereador Geovane e a todos os quiosqueiros e comunidade empresarial dos Castelhanos. Porque a ideia inicial era de que no dia 10, na data de hoje, fossem demolidos os quiosques, mas com a intervenção deles, conseguiram com que os quiosques dos Castelhanos sejam demolidos no dia 14 de abril, após a semana santa. Por isso, agradece ao Prefeito Municipal e aos Secretários ora mencionados. Disse também que foi mencionado aqui a respeito do PL de nº 45/2019 de autoria do colega vereador Beto Caliman, e eles que conhecem a trajetória deste projeto, lá trás teve uma tentativa, que não foi solidificada. Enfim, a principio deram um parecer contrário na comissão de educação, por entender dos mecanismos legais, porem, na sexta-feira, ao ouvir o anseio da categoria dos professores, mudou seu pensamento, porque entendeu que é um projeto que no momento é oportuno e carece de tal apreciação. Por isso, daqui há pouco, estarão apreciando e votando favorável a este projeto. Disse ainda que, tendo em vista que hoje foi protocolado nesta Casa de Leis um projeto de lei de nº 13/2020 de autoria do Poder Executivo, e esse é de extrema importância, que carece extrema discussão. E o prefeito protocolou hoje, na terça-feira, e só vai ser lido na próxima terça-feira, que é aumentando a alíquota de 11 para 14%, mas tem algo que causa certa preocupação, pois além de ter esse aumento de 11 para 14, o executivo concedeu um reajuste de 5.12%, porém, pôde ver no impacto financeiro, e este, só prevê até o final de 2020. Não viu ali o impacto financeiro para 2021 para 2022, e já tem escutado nos bastidores de que o governo, por ter maioria nesta Casa, trabalha com a ideia de aprovar esse projeto já na próxima sessão, sem que se tenha discussão com os interessados. Portanto, conclamou aos servidores que acompanhem, que prestem atenção, para que venham as próximas sessões, porque é uma manobra que está sendo costurada, e acredita que é inadmissível votarem tal projeto com tal celeridade. Fala isso porque, se olharmos a lei nº 776/2012, que é a lei do magistério, teremos lá varias distorções, porque a época o projeto foi votado sem discutir com os envolvidos. Por exemplo, não viu no projeto o impacto para 2021. E se aprovarem 5.12% hoje, como a máquina está, cheia, encharcada, nós já receberemos este ano um alerta, pois a nossa folha vai atingir 49.32%. É preocupante. E poderiam falar aqui que o prefeito está sendo bonzinho, mas não está. O prefeito dá 5.12% e desconta 3%, na realidade, ele está dando quanto? Sendo que na assembleia de sexta-feira foi pedido pelos professores pouco mais de 12%. Em aparte, o vereador José Maria disse que, sendo que o governo já anunciou 12.83% de reajuste, e outra coisa: existe



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

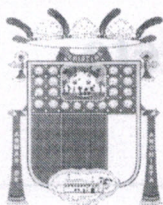
uma discussão, que no dia em que estavam na assembleia, houve uma colocação de alguma pessoa do grupo deles, de que essa alíquota não caberia no nosso município, que pode passar sem ser tratada aqui no município de 11 para 14, ou seja, que pode continuar com 11%. Continuando, o vereador Robinho disse que quando falou desta questão é em relação a alíquota progressiva, que há uma previsão na reforma. A reforma diz que o município que houver saúde financeira pode implantar a alíquota progressiva, e hoje nós temos o Ipasa que tem uma saúde financeira, porque lá tem pouco mais de cento e cinquenta milhões. Em aparte, o vereador Geovane disse que a perda fracionária, que cobram que o município conceda todos os anos, foi de 4.5% esse ano. A perda que houve no país foi de 4.5% no ano de 2020. Continuando, o vereador professor Robinho fez um requerimento verbal para que o governo responda com o máximo de urgência o impacto financeiro de 2021 e 2022. O Sr. Presidente submeteu o requerimento verbal de autoria do vereador Robinho a votação, que foi aprovado por unanimidade. Disse que tem de tirar o boné para o governo, da sapiência que tem, porque no projeto de lei que concedem o aumento é o mesmo que tem o aumento da alíquota. Deduz que isso é para que os vereadores votem favorável ou contrário. Ou os vereadores dá o aumento e tiram também dos servidores o aumento. Disse que é muita maldade do governo, que é lamentável esse tipo de manobra. É uma situação que carece de muita reflexão, que carece de muita sabedoria para que possam apreciar isso aqui. E que todos observem atentamente, quer crer que esteja errado, que não venha com manobra para que na próxima semana votem esse projeto aqui. Porque podem falar que tem de ser até o final de abril, concorda, porque depois de votar tem que esperar noventa dias e a data máxima é dia 31 de julho, mas não precisava ser com essa celeridade, colocou hoje e de que venha com a manobra de semana que vem. **Logo após, fez uso da palavra o vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus** que cumprimentou a todos. Iniciou fazendo uma abordagem sobre o processo administrativo de nº 11763/2018, que gerou o termo de transação entre a Prefeitura e Samarco Mineração. Disse que foi feito processo administrativo junto com os demais que já tinham antes. Que foi dado entrada várias vezes, que estava em discussão esse termo de transação que seriam os débitos de IPTU com a Samarco, mas que, vira e meche aqui é caso de discussão, falando que o município abriu mão de uma arrecadação de setenta milhões. Mas acha que precisam saber diferenciar, porque a partir de qualquer ato, principalmente desses atos administrativos e tudo o que feito pelo poder público precisa ser baseado em lei. Citou o art. 225 da nossa Constituição Federal, que diz o seguinte: *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”* Citou também a lei nº 12651, que dispõe sobre o Código Florestal, em seu art. 3º, que dispõe: *“Para os efeitos desta Lei, entende-se por: II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”*. E mais adiante, mencionou que temos em seu art. 6º da mesma lei: *“Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando declaradas de interesse social por ato do Chefe do Poder Executivo, as áreas cobertas com florestas ou outras formas de vegetação”*. Disse que citou estas leis e a própria Constituição porque baseado em cima destas é que foi feito o decreto nº 5896 de junho de 2019, que declara uma parte daquela área, que foi feito um estudo pela administração, junto com a Secretaria de Meio Ambiente, que foi lá emitiu um laudo,



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

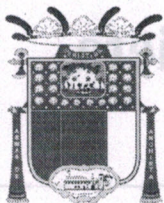
porque até então o auto de infração foi feita da seguinte forma: foram lá, pegaram as duas matrículas que há registradas na Samarco, juntou uma área total das duas, descontou só aquilo que já estava construído, que já estava averbado na matrícula e o restante foi tudo colocado como passivo de cobrança de imposto. Só que não foram tiradas as áreas de preservação ambiental, que já tinham declaradas na época, e nem foi feito levantamento certo. E que isso foi se arrastando, e nunca pararam para sentar e discutir o processo em si. Então, a administração usando até mesmo, aquilo que no início do mandato todos eles pediram, pois, sabendo como seria a questão da dificuldade de arrecadação, que estudasse, se procurasse fazer estudo, que desse incentivo às empresas, que procurasse fazer levantamento de tudo que estava tendo de débitos, até que já existiam junto a Shell, que tem outras ações. Então, o poder público também ouviu, sentou e discutiu. Claro que isso tudo com muita responsabilidade e tudo baseado em lei. Foi onde sentaram, fizeram levantamento, foi feito sim um acordo, foi feito um estudo junto com a Samarco, porque ela é parte interessada também. Por isso foi envolvida essa empresa, porque querendo ou não ela que iria pagar. Sentaram, fizeram uma discussão e foi levando em consideração todas as leis que citou, mais a construção do decreto. E resumindo isso, com o decreto, temos a lei municipal 123/2002 que é o nosso código tributário, em seu art. 86, inciso I, que diz: "**Art. 86 - São isentos do imposto: I - as áreas ocupadas por florestas e demais formas de vegetação, declaradas como de preservação permanente e ou monumentos naturais identificados de acordo com a legislação pertinente.** O vereador Serginho disse que, o nosso próprio ordenamento municipal já prevê que essas áreas são isentas, uma vez que não são exploradas. Baseado nisso, foi onde sentaram, fizeram reajuste e chegaram a uma área de 133 hectares a mais, de cobrança daquilo que a Samarco já vinha pagando. Foi feita a transação e chegou-se no valor de aproximadamente oitenta e cinco milhões, oitenta e seis milhões, que foi dívida em duas parcelas. Ou seja, o poder público fez o trabalho dele, como pedido tanto pelos vereadores desta Casa. E feito isso, foi parcelado, e esse acordo só aconteceu ano passado, depois de tanto sentar, depois de tanta discussão. E mais, tudo isso foi discutido dentro de um processo judicial. Tudo isso foi levado ao consentimento do juiz e a transação foi homologada pela justiça. Então não tem nada de errado, até porque, temos o judiciário e foi homologado por ele. Disse que tiveram aqui reuniões, onde foi chamado o Secretário de Finanças, foi chamado o Procurador, que estiveram aqui, prestaram os devidos esclarecimentos quando solicitados pelos vereadores. A única pessoa que não chamaram foi o juiz, e não sabe porque, pois, o mesmo fazia parte deste processo, uma vez que foi ele que homologou. Então vê como são as coisas. E com essa transação feita, foi onde começou a se fazer os investimentos, que até então o município não tinha dinheiro para fazer. O poder público, a administração fez o sim o trabalho de estar fazendo, como pedido por vereadores desta Casa, de estar movimentando a economia, de estar fazendo com o comércio, de trazer dignidade a população através de obras, que são as pavimentações, reformas em PSF's, reformas nas escolas, que são objetos também de várias indicações de vereadores. Está fazendo reformas de algumas quadras que estavam caindo. "*Hoje em dia todas as obras que aqui foram solicitadas, são tudo obras eleitoreiras. Então, fica difícil às vezes, de você entender um pensamento humano.*" Disse o vereador Serginho. Falou que querem que faça, pedem, mas aí, quando vai fazer é tudo obra eleitoreira. O vereador Serginho disse também que, só fizeram obras agora porque teve o poder de investimento agora, depois da transação. Mas feito isso, a administração está fazendo as melhorias, os investimentos para a população. As empresas que estão fazendo, todas, ou se não são todas, a maioria aqui do



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

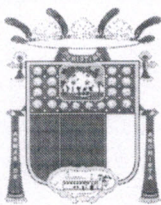
município, movimentando a economia, elas compram aqui no comércio local, a contratação de mão de obra é local também. Então, é uma cadeia que vai trabalhando, uma ligada a outra. Isso tudo pedido por esta Casa de Leis, por vários vereadores, ou seja, estão pedindo, estão fazendo, mas ao mesmo tempo dizem que é tudo obra eleitoreira. Então, quando estarão satisfeitos? Continuando, disse ainda que, foi olhado a questão dos servidores. Tivemos uma parte que foi dado a questão dos 3.8, retroativo, que foi escalonado e está sendo pago. Que começou pela educação e depois foi escalonando, mas foi pago. Não falou também que iria quitar, mas alguns servidores não têm mais a questão dos retroativos, são poucos, mas não tem mais porque já receberam o valor. Prova disso foi o que o professor Robinho falou, que teve gente que iria receber três mil e só recebeu dois mil e pouco, porque? Porque não tinha o direito, não alcançou, ou seja, com essas pessoas que são poucas já está quitado, não tem mais retroativo, em compensação estão recebendo o 3.8. Alguns tem muito mais, e na hora oportuna vai haver o pagamento. A questão do servidor temos os 3.8 que foi dado, tem funcionário que vai receber um 3.8, e até aqueles que vão receber dois 3.8, e isso já está sendo pago. Agora veio esta questão do aumento, que este vereador fez até uma indicação para que fosse feita a concessão de um ajuste, que foi fruto da indicação nº 48/2020, que fez solicitando ao prefeito que fizesse um estudo para estar concedendo aumento aos servidores, tendo em vista que iria aumentar a alíquota. E essa alíquota não é uma coisa que a administração quer aumentar porque quer, mas porque já foi aprovado no Congresso Nacional, na reforma previdenciária. E isso foi colocado para nós, que temos de fazer o reajuste de nossas alíquotas. O governo estadual já fez, já aumentou no início do ano, agora veio para cá e tem de ser feito isso até julho para ser aplicado, porque se não for aplicado, vai ter a certidão federal suspensa. Tendo a certidão federal suspensa a gente pode esquecer o restante do pagamento da orla de Castelhanos, que é fruto de convênio com o governo do estado. Temos a orla de Iriri, que foi tão pedida pelos vereadores aqui, que seria cancelada também, uma vez que não tendo a certidão não tem como ser celebrado convênio. Então, devem ter a seriedade de estarem analisando isso, porque é impositivo, não é uma coisa que a administração quer. E essa imposição vão ter que fazer de qualquer jeito, porque senão irá suspender a certidão e acabam todos os convênios que a municipalidade tem. Disse que se formos olhar, se o servidor tem direito a um 3.8, mais o 5.12, mais pelo menos, um 3.8 da progressão da capacitação, que foi aprovado por esta Casa de Leis, no mínimo, de 2019 a 2012, vamos ter o aumento de 12.72% para o servidor público. Se a gente colocar dois 3.8, mais 5.12%, vamos ter aí 16.52% de aumento para o servidor, tudo isso efetivo. Se a gente colocar que o servidor vai ter direito a dois 3.8, mais 5.12%, mais dois 3.8 por capacitação e progressão, teremos um aumento de 20.32% para o servidor. Então, a administração está olhando sim e está tendo seriedade. E que antes de falar que a administração perdeu setenta milhões, não perdeu, porque aquilo foi cobrado o que é de direito. Não adianta chegarem e inventar, infelizmente, estão num processo eleitoral que acontece essas coisas. Pela ordem, o vereador José Maria disse que gostaria de dizer ao vereador Serginho que hoje ele foi além do além. Que o vereador Serginho defendeu o professor, e o professor está li morrendo de rir pelos 20% que o professor recebeu esse ano. O vereador Zé Maria disse que, quando fala da Samarco e quando chamaram o Procurador da prefeitura aqui, este estranhou, pois não sabia que a Samarco tinha feito parte, e que ele falou de acordo, mas não, era da transação. O nome do processo chama transação entre a Samarco e prefeitura. E a Samarco estranhamento vinte anos de briga. Incrível, é dar um atestado de burrice ao povo de Anchieta. Dizer que vinte anos não sabiam que aquilo ali era



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

uma área de preservação permanente. O vereador disse ainda que sempre foi, só que não era considerada. E quando pintou a necessidade de fazer a tal transação, aí se fez um desconto de setenta milhões de reais, em que o nobre vereador Serginho defende que a prefeitura fez a coisa mais acertada desse município, depois de vinte anos. Isso é muito triste. Disse que a transação foi feita da área, que deveria ter existido um trabalho da prefeitura municipal de Anchieta só, mas envolvida no trabalho estava a Secretaria de Meio Ambiente, advogados da prefeitura e Samarco Mineração que deu o georeferência da área, ela que deu a área que estava sendo cobrada erra, não foi a prefeitura não. E que consta no documento que veio do juiz. Disse ainda ao vereador Serginho que não chamaram o juiz aqui porque não os dá direito de chama-lo aqui. Mas chamaram aqui os servidores públicos da prefeitura. Pela ordem, o vereador Serginho disse ao vereador José Maria que o vereador tem legitimidade. Que pegue tudo, até a própria assessoria do mesmo já tem integro o processo, e entre com uma ação e faça valer o seu direito, já que acha estar errado. O vereador José Maria disse que já foi feito. E pela ordem, o vereador Alexandre disse que, gostaria de perguntar ao líder de governo, e ele por certo deve ter essa informação, se ele sabe informar qual foi o superávit orçamentário do executivo no primeiro, segundo e terceiro ano de governo, porque houve superávit, a própria Secretária de Planejamento esteve nesta Casa e disse que houve superávit orçamentário e de receita. Então, não venham com essa conversa que estão fazendo obra agora porque receberam dinheiro da Samarco, porque estava economizando dinheiro lá trás para chegar agora capitalizado nesse período. Essa é a verdade. Então, não venha tentar distorcer aqui, dizendo que as obras não são eleitoreiras, porque são. A própria Secretária de Planejamento esteve nesta Casa e disse que houve superávit orçamentário nos três primeiros anos, então, estava guardando dinheiro. E não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia e solicitou do Secretário que fizesse a chamada dos senhores vereadores. Em seguida, foi feita a leitura do material constante na **Ordem do Dia:** PROJETO EM 1ª DISCUSSÃO: Projeto de Lei N° 40 /2019 - Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para investimentos em implantação ou ampliação de plantas industriais, comerciais ou de serviço no município de Anchieta e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Renato Lorencini, Richard Costa, Serginho, Tássio Brunoro e Tereza Mezadri. PROJETO EM 2ª DISCUSSÃO: 1) Projeto de Lei N° 64 /2019 - Institui que seja realizado no plantão pedagógico escolar apresentação, orientação e entendimento aos responsáveis legais dos estudantes da rede pública municipal de ensino, conteúdos que verse sobre sexualidade em todas as ocasiões que forem abordados, de autoria do vereador Richard Costa. Em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos vereadores se manifestar acerca dos projetos em discussão. Não havendo vereadores que desejassem se manifestar e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente passou para os **PROJETOS EM VOTAÇÃO:** 1) Projeto de Lei N° 62 /2019 - Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência contra profissionais da educação ocorridos nas unidades educacionais da rede pública e particular do município de Anchieta, de autoria do vereador Richard Costa, que foi aprovado por unanimidade; 2) Projeto de Lei Complementar N° 30 /2019 - Revoga o artigo 101 da Lei Complementar 26/2012 (Código Municipal de Meio Ambiente), de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade; 3) Projeto de Lei Complementar N° 31 /2019 - Dispõe sobre denominação de logradouro público designando de "Praça Josephina Pereira" a praça localizada no bairro Novo Horizonte, de autoria do vereador Professor Robinho, que foi aprovado por unanimidade; 4) Projeto de Lei Complementar N° 32 /2019 - O edifício da Escola



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Municipal de Emboacica – neste Município será denominado “ALIPIO PORTO DA SILVA”, de autoria da vereadora Tereza Mezdri, que foi aprovado por unanimidade; 5) Projeto de Lei Complementar N° 34 /2019- Dispõe sobre denominação de via pública e dá outras providências (Rua João Mena Barreto), de autoria da vereadora Tereza Mezdri, que foi aprovado por unanimidade; 6) Projeto de Lei Complementar N° 36 /2019 - Regulamenta no âmbito da Câmara Municipal de Anchieta-ES, a licença maternidade e paternidade e dá outras providências, de autoria dos vereadores: Beto Caliman, Cleber Pombo e Geovane Meneguella, que foi aprovado por unanimidade; 7) Projeto de Lei N° 45 /2019 - Projeto de Lei que dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de diretores e vice diretores das escolas da rede municipal de ensino de Anchieta e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade. E não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. Para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
MESA DIRETORA

Cleber Oliveira da Silva Presidente

Geovani M. Louzada Vice-Presidente

Roberto Quinteiro Bertulani Secretário



Membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.
 presentes ata que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais
 mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. Para constar, lavrei
 de autoria do vereador Beto Caliman, que foi aprovado por unanimidade. E não havendo
 vice diretores das escolas da rede municipal de ensino de Anchieta e de outras providências;
 2019 - Projeto de Lei que dispõe sobre a escolha, mediante eleição direta, de diretores e
 Pombo e Geovane Mesquita, que foi aprovado por unanimidade; 7) Projeto de Lei Nº 42
 regulamentar no âmbito da Câmara Municipal de Anchieta-ES, a licença maternidade e
 foi aprovado por unanimidade; 6) Projeto de Lei Complementar Nº 36/2019 -
 outras providências (Rua João Meira Barreto), de autoria do vereador Tereza Mezadin, que
 Projeto de Lei Complementar Nº 34/2019 - Dispõe sobre denominação de via pública e dá
 21.VA", de autoria da vereadora Tereza Mezadin, que foi aprovado por unanimidade; 5)

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
MESSA DIRETORA

 Cleber Oliveira da Silva Presidente

 Geovani M. Louzada Vice-Presidente

 Roberto Quinteiro Bertolini Secretário